

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

O presente documento foi elaborado como ferramenta de planejamento para a execução de reparos e pintura na Unidade de Pronto Atendimento – UPA localizado no município de Dois Vizinhos – PR. Este projeto abrange os serviços necessários para assegurar a execução do empreendimento de maneira segura e adequada, conforme descrito no memorial descritivo, na planilha orçamentária e nas especificações técnicas do projeto.

Com a implementação da nova Lei de Licitações, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) tornou-se um instrumento essencial e obrigatório na fase interna de planejamento. Sua principal finalidade é garantir a viabilidade técnica e econômica da contratação desejada, promovendo a eficiência e a economicidade na gestão dos recursos públicos. A elaboração de estudos detalhados e estruturados frequentemente possibilita ao agente público identificar novas metodologias e soluções disponíveis no mercado, contribuindo para decisões mais informadas e estratégicas.

Este estudo poderá servir como parâmetro para as contratações formalizadas pelas diversas Secretarias Municipais que apesar de poderem encaminhar licitações sob a égide da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão se adaptar aos instrumentos de planejamento desde já. Este instrumento de planejamento está instruído de acordo com o art. 18 § 1º da NLLCA.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) necessita de reparos e pintura devido à deterioração natural das instalações e à falta de manutenção periódica. O desgaste das estruturas, intensificado pelo uso contínuo e por fatores ambientais, como inundações recorrentes no município, pode comprometer a segurança, a funcionalidade e a qualidade dos atendimentos prestados.



A pintura desgastada e danificada não impacta apenas a estética do ambiente, mas também a percepção de limpeza e conservação por parte de pacientes e profissionais.

Além disso, a ausência de manutenção preventiva pode agravar problemas estruturais, como infiltrações e mofo, acelerando a degradação da edificação, aumentando custos futuros e podendo ocasionar a interrupção parcial ou total dos serviços essenciais da unidade.

Diante disso, a realização das melhorias propostas é fundamental para assegurar um ambiente seguro, funcional e adequado às normativas de saúde vigentes. Cabe ressaltar que o município recebeu apontamentos da 8ª Regional de Saúde, conforme documento anexo, reforçando a necessidade dessas intervenções.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Informa-se que o serviço especificado neste estudo não foi incluído no Plano Anual de Contratações (PAC) para o exercício de 2025. Portanto, a contratação será realizada de forma excepcional, visando atender a uma necessidade urgente e não contemplada no planejamento inicial.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

A empresa licitante deve apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do profissional responsável pelos serviços, que comprove(m) aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto licitado.

A licitante deve apresentar Certidão de Acervo Técnico: Certidão de acervo técnico (CAT) profissional que ateste a execução de características semelhantes aos serviços e emitido pelo CONSELHO DE CLASSE, para pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, profissional este que será o responsável técnico do serviço. A ART/RRT ou documento equivalente (Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de



Responsabilidade Técnica), por si só, não será aceita como acervo técnico profissional, pois não se caracteriza como um documento que comprove a execução de um serviço. As quantidades exigidas como acervo deste edital estão em acordo com o § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, Obs: Estima-se que os serviços de maior relevância e valor significativo serão os seguintes:

Tipo de Obras: **EXECUÇÃO DE PINTURA.**

- Como no momento ainda não se sabe o quantitativo a ser executado e este depende do projeto técnico recomendamos que seja exigido de acervo o total de 50% dos itens de maior relevância do orçamento estimativo, dê de este atenda o o § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- Comprovação de que o responsável técnico indicado, pertence ao quadro da empresa;

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades de cada serviço serão baseadas pelo projeto executivo, e seus anexos complementares, sendo que o projeto técnico e os detalhamentos cabíveis do mesmo, devem trazer com riqueza de detalhes as quantidades necessárias para execução do empreendimento com qualidade.

5. CONFORME (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021) V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Considerando que a execução será realizada por meio de métodos convencionais conforme descritas no memorial descritivo, conclui-se que o método adotado é semelhante às obras de mesma finalidade atualmente em execução no município. Este método é essencial para garantir a execução da obra, e todos os serviços previstos visam assegurar uma estrutura segura e de qualidade.

Embora alguns serviços possam ser substituídos por soluções alternativas, como os diferentes tipos de pintura que poderiam ser aplicados e a substituição



da calçada em paver por calçada de concreto, tais opções aumentariam significativamente o custo da edificação e não seriam as mais adequadas para a finalidade proposta, tornando inviável a conclusão do empreendimento.

A execução direta pela Administração Pública, embora permita maior controle sobre a obra, enfrenta limitações consideráveis, como falta de especialização, insuficiência de recursos humanos e materiais, o que pode resultar em maior lentidão na execução do projeto.

Optar pela licitação da obra oferece diversas vantagens. A contratação de empresas especializadas proporciona acesso à expertise técnica, maior agilidade na execução, e melhor organização dos recursos. Além disso, promove a competitividade e a eficiência no uso dos recursos públicos. As empresas contratadas possuem equipes qualificadas e equipamentos adequados, reduzindo o risco de atrasos ou falhas.

De acordo com o artigo 17 da Lei Complementar 123/2006, há a possibilidade de a empresa contratada estar enquadrada no SIMPLES NACIONAL, desde que as atividades de construção civil estejam devidamente registradas no CNPJ e classificadas conforme o CNAE.

Justificativa Técnica:

Reiteramos que o método construtivo escolhido é o mais vantajoso para a Administração Pública, sendo economicamente viável e capaz de garantir o resultado esperado.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Destacamos que o serviço referido é de natureza rotineira e apresenta alta demanda em nossa região, com diversas empresas que prestam esse tipo de serviço. Para referenciar os preços dos serviços a serem prestados utilizamos a planilha modelo do município e como base as referências de preço da SINAPI setembro 2024 com desoneração. Informamos ainda que realizamos uma



análise comparativa dos valores registrados nas licitações que contemplam dentro de seu objeto, serviços similares ao desta contratação, como a concorrência 005/2024. Constatamos que, apesar da diferença temporal entre eles, os valores não sofreram variações significantes. Dessa forma, o valor estimado para a presente contratação é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), já incluindo o Benefício e Despesas Indiretas (BDI).

Salientamos que este valor é somente uma estimativa, devendo o projeto executivo e o seu trecho de referência apresentar o valor real do investimento após análise das especificidades da obra.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A escolha por licitar a execução de reparos e pinturas na UPA, nos métodos construtivos detalhados em memorial descritivo, é a solução que melhor atende aos princípios da eficiência e da economicidade estabelecidos na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA). A escolha desse método, além de ser uma prática convencional e econômica na construção civil, assegura que os recursos públicos sejam aplicados de forma responsável e estratégica. Essa abordagem não apenas favorece uma maior competitividade entre as empresas da região, como também estimula o interesse na execução da obra, garantindo que os investimentos estaduais sejam otimizados em benefício da coletividade.

O objeto da contratação é caracterizado como: bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Não se planeja dividir o objeto em grupos ou lotes, considerando que, por se tratar de uma obra civil, essa separação pode comprometer a qualidade dos serviços. Isso ocorre porque a responsabilidade pode ser fragmentada entre



diferentes empresas, aumentando o risco de falhas na execução de determinados grupos de serviços.

Além disso, uma subdivisão pode causar atrasos nas etapas específicas, levando à paralisação da obra e comprometendo a conclusão no prazo planejado. Isso impactaria as qualidades da funcionalidade da obra ao ser entregue para os usuários. Portanto, propõe-se a seleção do fornecedor por meio de licitação na modalidade concorrência, com sorteios de julgamento pelo menor preço e regime de execução por empreitada global, método amplamente utilizado para obras desse tipo.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A contratação do objeto descrito neste ETP visa à execução dos reparos e pinturas na UPA, com o objetivo de garantir a qualidade estrutural e visual da edificação e de seus usuários. Essa medida é necessária devido aos desgastes ocasionados pelo uso, intempéries e o alagamento do bairro sagrada família que atingiu a edificação.

Além disso, a pintura da edificação trará uma identidade visual renovada, contribuindo para um ambiente mais acolhedor e agradável tanto para os pacientes quanto para os profissionais que atuam na unidade. A manutenção adequada da estrutura também previne problemas futuros, prolongando a vida útil do imóvel e garantindo condições adequadas para o atendimento à população. Dessa forma, a contratação se justifica como uma medida essencial para preservar a funcionalidade e a segurança da UPA, assegurando a continuidade dos serviços prestados à comunidade.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;



Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico, que ficará responsável também pelo uso dos materiais utilizados nos reparos e pinturas.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Raul Zanella
Fiscal Técnico:	Raul Zanella
Suplentes:	Marcio Trentini.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

No momento salientamos que para esta contratação não possui contratações correlatas, uma vez que a prestação deste serviço ocorrerá de forma completa deixando a edificação existente segura e disponível para utilização.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A execução do empreendimento não causa impacto ambiental direto significativo. No entanto, é reconhecido que os serviços previstos geram resíduos, cuja destinação adequada será de responsabilidade da empresa contratada, devendo ser realizada em locais apropriados e sob supervisão da fiscalização competente.

Embora haja geração de resíduos, os serviços não envolvem o uso de materiais com propriedades químicas altamente poluentes ou com elevada classe de agressividade ambiental. Dessa forma, é essencial que os resíduos, incluindo entulhos, sejam descartados em conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes, garantindo a segregação e o encaminhamento correto para cada tipo de material gerado durante a execução da obra.

Adicionalmente, o município exige que a empresa contratada adote boas práticas de conduta, visando eliminar ou minimizar eventuais impactos não previstos neste documento. Tais práticas devem incluir:



- O descarte de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão ambiental.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução local na execução dos serviços;
- Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;
- Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associação ao produto;
- A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com a marcas e fabricantes dos produtos, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos Impactos ambientais

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.



13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações apresentadas, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para execução deste empreendimento. Entendemos que a execução dos serviços deve ser realizada por empresa devidamente qualificada e com comprovada experiência.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Conforme Art. 6º inciso XXIX: empreitada por preço global

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Concorrência tradicional

Critério de julgamento: menor preço

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

18.

Assim como toda contratação, vislumbra-se alguns riscos em curso na presente contratação. Incluem-se neste mapa de risco, aqueles que tangiam o processo que permeiam o planejamento da contratação, seleção do fornecedor, execução do objeto e a gestão do contrato.

O gerenciamento de risco permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam



comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

Entende-se por ação preventiva, ações e serem tomadas, com base no desenho do mapa de risco, de forma de prevenir a ocorrência dos riscos. Ações de contingência, no são ações a serem tomadas na ocasião onde os danos comecem a ocorrer, com a materialização dos riscos previstos.

Classificação da Probabilidade (P)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

Classificação do Impacto (I)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

RISCO 01 -						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
1. Licitação deserta – nenhuma proposta cadastrada.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 Especificação suficiente para atender as necessidades da Instituição. 2 – Pesquisa e preços adequados aos preços praticados pelo mercado e outros órgãos públicos.			1 - Equipe de planejamento 2 - Equipe de planejamento			
Ação de Contingência			Responsáveis			
1 - Adequação das especificações e/ou da pesquisa de preços. 2 - Incrementar os meios de divulgação da licitação			1 – Equipe de planejamento 2 - Equipe de planejamento			

RISCO 02 –					
(X)	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
(X)	Seleção do Fornecedor				



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

() Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(X)	Baixa	()	Média	() Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x) Alta
DANO					
2. Pedido de impugnação do Instrumento Convocatório.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 – Especificação suficiente capaz de atender as necessidades da Instituição sem frustrar a participação dos licitantes na Licitação. 2 – Observação as legislações pertinentes em torno do objeto			1 – Equipe de planejamento 2 – Equipe de planejamento		
Ação de Contingencia			Responsáveis		
1 - Analisar o pedido com base nos princípios norteadores da Licitação para indeferir ou não o pedido. 2 - Caso seja deferido o pedido, promover o cancelamento do certame para adequação do(s) item(ns) questionado (s).			1 – Equipe de planejamento 2 – Equipe de planejamento		

RISCO 03 –					
(X) Planejamento da Contratação					
() Execução do Objeto					
(X) Seleção do Fornecedor					
() Gestão do Contrato					
Probabilidade:	()	Baixa	(x)	Média	() Alta
Impacto:	(x)	Baixa	()	Média	() Alta
DANO					
Interposição de recurso contra a proposta classificada, inicialmente, em primeiro lugar, de acordo com as exigências do Edital e seus anexos.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 – Analisar as propostas apresentadas e os demais documentos encaminhados ou solicitados para averiguação do atendimento das exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.			1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação		
Ação de Contingencia			Responsáveis		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1 – Receber o recurso e analisá-lo com base nos princípios norteadores da Licitação, emitindo parecer fundamentado quanto ao mérito do pedido e encaminhá-lo para a autoridade competente homologadora do certame.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação
--	---

RISCO 04

(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta

DANO

Recusa da licitante homologada em assinar o Instrumento Contratual.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 – Prever no Edital e seus anexos a (a) penalidade (s) cabíveis, solicitando a apresentação de uma declaração de Exequibilidade da proposta, na fase de aceitação, se necessário.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação
Ação de Contingência	Responsáveis
1 – Solicitar uma justificativa formal da referida licitante para a recusa 2 - Comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível. 3- Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame.	1 – Autoridade da licitação 2 – Autoridade da licitação 3 – Autoridade da licitação

RISCO 05 –

(X)	Planejamento da Contratação
()	Execução do Objeto
(X)	Seleção do Fornecedor
()	Gestão do Contrato



Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
Inaptidão técnica para fornecimento de materiais						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 – Prever no Edital e seus anexos a exigência de atestado de capacidade técnica e especificação adequada dos materiais conforme normas técnicas vigentes.			1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 – Desclassificação da empresa licitante 2 - Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame. 3 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.			1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação 2 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação 3 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação			

RISCO 06 –						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						
Especificação genérica, que ocasiona falta de critérios na aceitação da proposta – Morosidade.						
Ações Preventivas			Responsáveis			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1 – Nomeação adequada da equipe de planejamento de planejamento com conhecimento técnico do objeto	
2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.	1 – Autoridade homologadora do certame 2 - Autoridade homologadora do certame
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido	1 - Autoridade da Licitação

RISCO 07 –						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						
Especificações utilizadas não espelham o usual de mercado, ou das contratações de outros órgãos e entidades da Administração Pública, o que acarreta dificuldade na realização de estimativa de preços.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Nomeação adequada da equipe de planejamento da contratação com conhecimento técnico do objeto			1 - Autoridade homologadora			
2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.			2 - Autoridade homologadora			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido			1 - Autoridade da Licitação			

RISCO 08 –					
(X)	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
(X)	Seleção do Fornecedor				



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

() Gestão do Contrato					
Probabilidade:	()	Baixa	()	Média	(X) Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	() Alta
DANO					
Inabilitação e/ou desclassificação de licitante por não atender as exigências do Edital.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 - Prevê no instrumento convocatório as regras gerais e específicas de comportamento durante a sessão pública, celebração e gestão do contrato			1 - Equipe de Planejamento		
Ação de Contingencia			Responsáveis		
1 - Inabilitar e/ou desclassificar a empresa com base nas regras estabelecidas no Instrumento Convocatório. 2 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.			1 - Autoridade da Licitação 2 - Autoridade da Licitação		

RISCO 09 –

() Planejamento da Contratação					
(X) Execução do Objeto					
() Seleção do Fornecedor					
(X) Gestão do Contrato					
Probabilidade:	()	Baixa	(x)	Média	() Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x) Alta
DANO					
Atraso na instalação e fornecimento dos materiais necessários ao início da prestação dos serviços.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 - Prever no Edital e seus anexos as exigências para entrega dos materiais e as sanções do não atendimento. 2 - Comunicar, formalmente, a contratada sobre o prazo para entrega dos materiais e			1 - Equipe de planejamento 2 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

das implicações decorrentes do não cumprimento das obrigações.	
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.	1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato

RISCO 10–					
()	Planejamento da Contratação				
(X)	Execução do Objeto				
()	Seleção do Fornecedor				
(X)	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	() Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x) Alta
DANO					
Falhas na fiscalização administrativa que implique em responsabilização da Administração.					
Ações Preventivas		Responsáveis			
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.		1 - Gestor do Contrato			
Ação de Contingencia		Responsáveis			
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.		1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato			

RISCO 11–						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Não acompanhamento dos termos aditivos e cronogramas estabelecidos para execução do projeto, ocasionando morosidade e desperdício de recursos públicos.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.	1 - Gestor do Contrato
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento dos prazos estabelecidos para execução da obra.	1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato

RISCO 12–

<input type="checkbox"/> ()	Planejamento da Contratação
<input checked="" type="checkbox"/> (X)	Execução do Objeto
<input type="checkbox"/> ()	Seleção do Fornecedor
<input checked="" type="checkbox"/> (X)	Gestão do Contrato
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Baixa <input type="checkbox"/> () Média <input type="checkbox"/> () Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> () Baixa <input type="checkbox"/> () Média <input checked="" type="checkbox"/> (x) Alta
DANO	
Comportamento inadequado de colaboradores da empresa prestadora de serviços no ambiente institucional.	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Prever no Instrumento Convocatório a substituição do colaborador, a pedido da contratante, no caso de comportamento inadequado do mesmo.	1 - Equipe de planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Solicitação de substituição do colaborador à empresa contratada.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

RISCO 13–

<input type="checkbox"/> ()	Planejamento da Contratação
<input checked="" type="checkbox"/> (X)	Execução do Objeto



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

<input type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato					
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta		
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta		
DANO					
Composição de custos incorreta, resultando em aditivos de valores e prazo.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 - Contratação de empresa especializada na formação de custos de obras e serviços de engenharia com expertise na área. 2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.			1 - Equipe de planejamento 2 - Equipe de planejamento		
Ação de Contingencia			Responsáveis		
1 - Verificar os elementos que geraram o aditivo e apurar a quem lhe é atribuído a causa.			1 - Fiscal e Gestor do Contrato		

RISCO 14-					
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação <input checked="" type="checkbox"/> Execução do Objeto <input type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato					
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta		
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta		
DANO					
Falhas no ateste definitivo; Autorização para efetuar pagamento por serviços mal prestados ou mal executados.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.			1 - Gestor do Contrato		
Ação de Contingencia			Responsáveis		
1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade à Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir os que deram causa ao prejuízo apurado.			1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

--	--

RISCO 15–						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						
Descumprimento de obrigações contratuais por parte da contratada						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Estabelecer de forma clara e objetiva as obrigações da contratada, bem como as consequências para os eventuais descumprimentos			1 - Equipe de Planejamento da Contratação			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade à Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir a quem tenha dado causa ao ilícito.			1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			

RISCO 16–						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
Descumprimento de Prazos executivos em função do clima ou excesso de chuva.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Estabelecer de forma clara e objetiva as obrigações da contratada, manter em obra			1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

diário de obras, com controle pluviométrico diário.	
Ação de Contingência	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo em tempo para acompanhamento e elaboração de aditivos de prazo para garantir a continuidade dos serviços.	1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

RISCO 17–						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						
Depredação de elementos com calçadas acessos rampas elementos de drenagem e outros do pavimento, durante a execução do contrato						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Estabelecer e formalização junto a empresa contratada, de forma clara e objetiva, as responsabilidades sobre a correção dos elementos predados.			1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 – Noticiar a contratada, quando a correção das ocorrências e dar prazo não superior a vigência para a correção. 2 - não fornecer atestados ou outros documento de conclusu da obra sem a devida correção dos problemas .			1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			

Probabilidade de Ocorrência	Alta		Risco08,	
-----------------------------	------	--	----------	--



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	Media	Risco03,		Risco 09, Risco 16,
	Baixa	Risco 13,	Risco 06, Risco 07, Risco 14, Risco 17	Risco 01, Risco 02, Risco 04, Risco 05, Risco 10, Risco 11, Risco 12, Risco 14,
		Baixa	Media	Alta
Gravidade/Impacto				

19. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não haverá necessidade de sigilo sobre o orçamento proposto

Dois Vizinhos, janeiro de 2025.

Claudete Meurer
Gestora de Saúde
Área requisitante
Matrícula Funcional 17949-1

Suzana de Fátima Ribeiro
Agente Administrativo
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 20248-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6490-F710-DF03-26F3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SUZANA DE FATIMA RIBEIRO (CPF 087.XXX.XXX-28) em 04/02/2025 09:31:56 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 04/02/2025 17:23:17 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DIONE LUIZ DA SILVA (CPF 079.XXX.XXX-40) em 05/02/2025 16:12:27 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/6490-F710-DF03-26F3>